É designado o dia 10 de Outubro de 2007, pelas 9 horas e 30 minutos, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da comissão de trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72.º do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos de que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia em que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

Informação — Plano de insolvência

Pode ser aprovado plano de insolvência com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua reparação pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192.º do CIRE).

Podem apresentar proposta de plano de insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do juiz (artigo 193.º do CIRE).

2 de Agosto de 2007. — A Juíza de Direito, de Turno, *Marta Nery*. — O Oficial de Justiça, *Ana José Ferreira*.

2611046360

3.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE SANTO TIRSO

Anúncio n.º 6202/2007

Insolvência de pessoa colectiva (apresentação) Processo n.º 3049/07.9TBSTS

Insolvente — FISADOSO — Confeccões Têxteis — Unipessoal, L.^{da}
Credor — Banco Espírito Santo, S. A., e outro(s).

Nos autos de insolvência acima identificados em que são insolvente FISADOSO — Confeccões Têxteis — Unipessoal, L.^{da}, número de identificação fiscal 503405965, Rua das Termas, 18, rés-do-chão, Areias, 4780 Santo Tirso, e administrador de insolvência Domingos Lopes de Miranda, Rua do Souto, Quinta da Bengada, São Faustino, 4815-374 Guimarães, ficam notificados todos os interessados de que o processo supra-identificado foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por insuficiência da massa insolvente.

Ao administrador da insolvência foram remetidos os respectivos anúncios para publicação.

9 de Agosto de 2007. — A Juíza de Direito, *Cristina Brás*. — O Oficial de Justiça, *Maria de La Salete Coelho*.

2611046261

6.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE SINTRA

Anúncio n.º 6203/2007

Insolvência de pessoa singular (requerida) Processo n.º 1187/07.7TMSNT

Credor — Caixa Geral de Depósitos, S. A.
Devedor — Raul Manuel Feijão Malaca.

No 6.º Juízo Cível do Tribunal da Comarca de Sintra, no dia 26 de Julho de 2007, às 15 horas e 30 minutos, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor Raul Manuel Feijão Malaca, solteiro, nascido em 5 de Setembro de 1956, número de identificação fiscal 113100558, bilhete de identidade n.º 4723423, com endereço na Quinta Penha Longa, aldeamento C, 38, Estrada da Lagoa Azul, 2710-511 Sintra, com domicílio na morada indicada.

Para administrador da insolvência é nomeado Dr. José da Cruz Marques, com domicílio na Rua do Padre António Vieira, 5, 3.º, 1000-070 Lisboa.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea i) do artigo 36.º do CIRE].

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de cinco dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda de que o prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias — artigo 36.º, alínea j), do CIRE.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 do artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1 do artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos de que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia em que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

2 de Agosto de 2007. — A Juíza de Direito, *Eugénia Guerra*. — O Oficial de Justiça, (*Assinatura ilegível*).

2611046257

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

Louvor n.º 490/2007

Ao atingir o termo da minha comissão de serviço de três anos como juiz-secretário do Conselho Superior da Magistratura, quero dar público louvor ao escrivão de direito Fernando Gonçalves Dias, enquanto responsável pelo Sector do Expediente do CSM.

Leal, honesto e muito afável, o louvado demonstra uma assinalável dedicação ao trabalho, entregando-se ao mesmo com esmero e com objectivos de perfeição, contudo, e sempre que se torna necessário corrigir procedimentos, fá-lo com humildade e espírito de missão.

Cumpru muito bem as tarefas que lhe estão destinadas no CSM, tal a fluidez, o profissionalismo e a correcção detectada nos procedimentos, privando com os colegas e com os magistrados do CSM com absoluta bonomia e educação, denotando capacidade de liderança.

Todo o seu trabalho é muito bem apresentado, sob o ponto de vista técnico e estético, sendo, assim, um fiável funcionário do CSM — foi, além disso, um dos meus «braços direitos» enquanto juiz-secretário, auxiliando-me na tarefa de secretariar as reuniões, sempre com destacado empenho, disponibilidade e dinamismo, tantas vezes para além do horário normal de funcionamento da secretaria.

Assim actuando, nunca regateando esforços no sentido de bem cumprir, faz jus ao reconhecimento público que, com todo o gosto, aqui assinalo.

31 de Agosto de 2007. — O Juiz-Secretário, *Paulo Guerra*.